

O princípio da analogia na constituição do léxico: regras são clichês lexicais

Margarida Basilio*

Abstract

In this work the adequacy of the principle of analogy is discussed as an alternative to WFRs in the description of lexical phenomena. The author concludes that the principle of analogy is theoretically preferable and suggests that WFRs are mere statistic statements. The proposal has an interesting consequence for linguistic theory, as analogy is not linguistically specific.

Introdução

Existem pelo menos três proposições definidas para a representação do fenômeno das relações lexicais e formação de palavras. A primeira é a do estruturalismo americano, em que itens lexicais são concatenações morfológicas. Na segunda, implícita no tratamento da gramática tradicional e em uso corrente explícito na teoria gerativa, o léxico tem um componente de Regras de Formação de Palavras, que operam sobre palavras previamente existentes, interpretando sua estrutura e/ou formando novas palavras. A terceira possibilidade é o princípio clássico da analogia, proposto por Saussure para o tratamento das relações e produtividade lexical.

No primeiro caso, considera-se apenas a concatenação de morfemas em formas já feitas, como em *in-constitucional*. No

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

segundo, Regras de Formação de Palavras analisam formas já feitas ou executam uma operação fonológica sobre uma base especificada, com um produto previsível em termos sintáticos e semânticos, como em *doleiro* ou *micreiro*, a partir da regra de adição de -eiro a substantivos; e no terceiro, a partir da interpretação prévia do princípio de formação subjacente a um par de itens lexicalmente relacionados, construímos a forma que corresponde à incógnita da quarta proporcional, como em *Hegel:hegeliano :: Labov:x*, donde $x=laboviano$.

Neste trabalho pretendo examinar a conveniência de se adotar o princípio saussureano da analogia para dar conta de fenômenos de relações e produtividade lexical em substituição a Regras de Formação de Palavras. De início, discuto a possível diferença empírica entre as duas abordagens, detendo-me na análise de diferentes formações e seu impacto na adoção de uma ou outra das abordagens. Em seguida, analiso a questão teórica envolvida e suas conseqüências para a teoria linguística, em geral, e, em particular, para a teoria lexical.⁽¹⁾

1. Analogia e Regras: Diferença Empírica?

Do ponto de vista empírico, poderíamos pensar que as duas hipóteses são equivalentes, já que qualquer forma analisada como produto de uma Regra de Formação de Palavras (doravante RFP) também pode ser analisada como produto do princípio de analogia (doravante PA). Por exemplo, se dizemos que *micreiro* é formado a partir de uma regra de adição de -eiro a substantivos, do mesmo modo podemos dizer que *micreiro* foi formado por analogia ao par, digamos, *viola/violeiro*. Como não podemos conceber RFPs sem a existência prévia de formas lexicalmente relacionadas, estas estariam disponíveis para formações por PA, de modo que qualquer produto de RFPs poderia também ser analisado como formação analógica.

Mas, seria verdadeiro o reverso? Ou seja, toda formação analógica também pode ser analisada como produto de uma RFP? A resposta a esta pergunta traz à tona um problema sempre presente, mas pouco falado, em relação ao estabelecimento de regras, a saber, quando é que postulamos uma RFP?

Por exemplo, a partir de um par como *acrescer/acrécimo*, devemos estabelecer uma regra de adição de -imo a verbos? Ou seria necessária mais

⁽¹⁾ Uma versão embrionária deste trabalho foi apresentada no V Encontro de Gramática Gerativa, em Julho de 1997, na UFRJ. Meus agradecimentos ao Prof. Stephen Anderson por suas dúvidas e comentários sobre minha proposta, que me levaram a uma descrição mais detalhada dos exemplos e um exame cuidadoso da questão da diferença empírica entre as duas propostas.

de uma ocorrência para nos garantir a condição de regra, como em *terra/terrestre* e *pé/pedestre*? Deveria essa recorrência ser mais transparente, como em *rocha/rochedo* e *árvore/arvoredo*? Existe, então, uma RFP de adição de -edo? E seria essa regra a mesma que opera ou se depreende na formação de *brinquedo* e *folgado*, a partir de *brincar* e *folgar*? São perguntas difíceis de responder de uma maneira bem fundamentada. Esta questão nos leva, no fundo, a perguntar o que é, exatamente, uma Regra, quando falamos de Regras de Formação de Palavras.⁽²⁾

A diferença empírica entre as duas abordagens, no que concerne a casos do tipo acima, depende do que tivermos instituído como critério para a proposição de uma RFP. Afirmar que não há diferença empírica entre PA e RFPs corresponde a postular RFPs para todo e qualquer caso em que se reconheçam dois signos numa construção morfológica; já admitir outros critérios e definições para a postulação de RFPs determinará diferenças precisas entre formações analógicas e produzidas por RFPs. Naturalmente, qualquer decisão sobre este ponto passa por uma cuidadosa discussão sobre o que seriam RFPs. Aqui vou pautar minhas considerações na prática de análise vigente na área, e considerar que uma RFP define construções lexicais possíveis pela postulação de uma operação fonológica sobre uma base categorial, morfológica e semanticamente especificada, que tem como produto um item lexical morfológica, semântica e categorialmente especificado.

Dentro desse quadro, pelo menos um fator nos induz a postular uma diferença empírica entre as duas abordagens: é o fato de que para operarmos com o PA não precisamos de elementos delimitados e categorizados nos moldes estabelecidos pelas RFPs. Enquanto mecanismo lógico, a quarta proposicional pode operar com quaisquer elementos que se conformem à estrutura básica; esses elementos podem, em certos casos, não corresponder à expectativa da gramática bem comportada.⁽³⁾

Mais especialmente, o PA parece estar na base das formações de reestruturação morfológica que tanto podem criar novos elementos morfológicos quanto produzir palavras de efeito retórico ou poético, rompendo momentaneamente as barreiras da linearidade que aprisionam a expressão nas estruturas linguísticas de cunho sintagmático. Neste sentido, o PA serviria não apenas para dar conta da produtividade lexical, mas também da criatividade. Por exemplo,

⁽²⁾ A pergunta é retórica e tem, tão somente, o objetivo de chamar atenção para o problema da utilização indiscriminada do termo "regra" em Lingüística. No caso específico do léxico, nem sempre se distingue bem o mecanismo formal da frequência de uso ou da aceitação ou não de formas por razões extra-lingüísticas.

⁽³⁾ Saussure, entretanto, só usou exemplos previsíveis, o que pode eventualmente, significar que ele não contemplaria exemplos como os que serão aqui analisados.

uma formação de Guimarães Rosa como *enxadachim* tem uma origem analógica óbvia: *espada:espadachim::enxada: x*. No entanto, não haveria sentido em estabelecer uma regra de adição de *-chim* a substantivos indicadores de instrumento, mesmo porque tal regra, sobre desvairada, enquanto regra não teria o poder de evocação que a formação analógica apresenta.

Para a construção de uma forma por PA, o mínimo necessário é o conhecimento prévio de duas palavras que tenham uma parte em comum, de modo que, pela subtração da parte em comum, possamos inferir a significação/função da outra parte; ou então o conhecimento de uma única palavra, tendo uma das partes em comum com idêntico significado em muitas outras, de tal modo que, pelo mesmo processo, possamos inferir o significado e estrutura da parte desconhecida. É importante, neste caso, conhecer a relação significante/significado em ambas as palavras, para que seja claramente reconhecida uma instância do “mesmo” na recorrência de um dos elementos identificados.

Por exemplo, conforme observado em Basilio 1981, podemos identificar *carpint* - como base presa pela recorrência em *carpinteiro* e *carpintaria*. Já em *mosteiro* e *bueiro*, esta recorrência não se verifica, de modo que não temos condições para isolar uma parte da palavra como base. Assim, embora estas formas terminem em sequência fonológica idêntica à do sufixo *-eiro*, não são analisadas como formas morfológicamente complexas. O ponto fundamental, nesta diferença, é que saibamos o significado tanto de *carpinteiro* quanto de *carpintaria*, pois só isso nos permite reconhecer a relação *-eiro* “agente”/ *-aria* “locativo”, e, portanto, *carpint*- “trabalho em madeira”.

A identificação morfo-semântica parece ser, aliás, mais importante que a recorrência: no caso de uma palavra como *corretor* o significado do sufixo é nitidamente depreensível do significado total da palavra, de modo que o conhecimento da palavra, mesmo na ausência de outra forma, é suficiente para reconhecemos *-or* como agente e portanto *corret-* como relativo à idéia de venda, enquanto em *mosteiro* e *bueiro* não temos elementos semânticos que possam corresponder aos significados de *-eiro*. Ou seja, a identificação de uma base presa numa construção morfológica depende das condições de identificação morfo-semântica de pelo menos uma das partes da construção. Uma base presa pode ser identificada se uma parte da palavra pode ser interpretada morfo-semanticamente como afixo, caso em que, por exclusão, podemos atribuir identidade morfo-semântica à base; ou se, por recorrência em outras construções, ocorrência como forma livre ou re-estruturação, podemos atribuir identidade morfo-semântica à base, isolando-a, portanto, do afixo.

Naturalmente, a identificação de bases livres em construções morfológicas é sempre garantida, dada a propriedade das formas livres de ocorrer isoladamente; e isso, por sua vez, garante a identificação do afixo como tal. Em *terra/terrestre*, por exemplo, uma vez que se saiba que *terrestre* corresponde a “relativo à terra”, são constatadas simultaneamente a recorrência da raiz e a identificação do afixo de formação de adjetivo. Temos, portanto, a base para a proporcional *terra:terrestre::campo:x*.

Uma outra maneira de interpretar os dados seria dizer que do par *terra/terrestre* abstraímos *Xestre* e, portanto, *campestre*. O leitor iniciado poderá observar, então, que a alegada base para a formação analógica é praticamente a mesma que a de uma regra de redundância do tipo apresentado por Jackendoff 1975. Seria então o caso de não termos nenhuma diferença relevante entre uma abordagem e outra?

Não há dúvida de que a base do mecanismo de analogia é em essência a mesma da de uma regra de redundância, e isto é natural: as regras de redundância foram postuladas para representar relações lexicais e é exatamente isto que o PA postula: havendo uma relação lexical, podemos usá-la numa formação analógica. Entretanto, como foi colocado antes, existe uma diferença empírica clara entre o PA e a postulação de RFPs: o fato de que em RFPs um determinado tipo de estruturação está pressuposto, enquanto na formação analógica há muito mais possibilidades do que as contempladas pelas RFPs que conhecemos.

Mais especificamente, da classe de construções lexicais possíveis, RFPs são capazes de representar apenas o subconjunto das construções gramaticalmente funcionais e pré-estabelecidas, não abarcando, portanto, as criações literárias, os desvios estatísticos com objetivo de estranhamento, as proposições de caráter retórico, os mecanismos em jogo na formulação de piadas, etc. As RFPs também não são adequadas para descrever fenômenos como a chamada “falsa etimologia”, as formações regressivas e criações morfêmicas que podem surgir no uso da língua. No que se segue, prosseguimos a discussão analisando alguns exemplos.

2. Discussão de exemplos

Tomemos, de início, criações do tipo *sambódromo*, *camelódromo*, *namoródromo*, etc., que têm surgido no Rio nos últimos anos. Tais criações, a partir do modelo *hipódromo*, em que a primeira parte é uma forma presa, podem ser facilmente explicadas em termos de PA: da mesma

maneira que *hipódromo* é lugar de atividade de cavalo, *camelódromo* é lugar de atividade de camelô, *namoródromo* é lugar para namorar, e assim por diante. O que é peculiar, neste caso, é que temos de início apenas uma formação, *hipódromo*, certamente de origem erudita, correspondendo a “lugar de corrida de cavalos”. Como poderia esta formação única de origem erudita dar origem a construções de uso generalizado, que pressupõem a identificação dos termos?

Não devemos esquecer que também faz parte da competência lexical dos falantes cultos do português o conhecimento da estrutura de composição de modelo grego, em que a forma inicial termina em -o e corresponde ao especificador; e a outra corresponde ao elemento especificado. Assim, o falante culto reconhece a estrutura X_o-Y “especificador-especificado”. Deste modo, é suficiente que o falante conheça o significado desta única palavra. Dados esses elementos, é fácil reconstruir o caminho: de X_o(cavalo)-Y(lugar) = “lugar de cavalo”, temos W_o(camelô)- Y(lugar) = “lugar de camelô”. Nesses casos, pressupõe-se o conhecimento do significado da palavra, mas é o reconhecimento da estrutura que permite a análise morfológica e a substituição de uma parte por outra. Caso semelhante, embora menos novo e mais discreto, é o que propiciou a formação de *discoteca*, *mapoteca*, e até mesmo o esdrúxulo *xerocoteca*, a partir da análise estrutural de *biblioteca*.

Veamos agora a clássica reestruturação de *hamburg-er* como *ham-burger* em inglês, que originou *cheeseburger*, *fishburger*, etc. A análise morfológica inicial de *hamburger* é *hamburg-er*; entretanto, houve um reconhecimento de *ham*, possibilitado pelo reconhecimento de *burger* como uma parte, talvez a partir de modelos de redução de compostos comuns no inglês, tais como *milk-shake/shake* ou *earthquake/quake*, talvez pelo reconhecimento de uma estrutura geral de compostos no inglês, do tipo especificador-especificado, tal como no caso de *hipódromo* acima. A palavra *hamburger* corresponde a algo como “sanduíche de bife de carne moída”. A estrutura estabelece a função de especificador para a primeira parte, e de especificado (sanduíche) para a segunda.

Dentro do reconhecimento da estrutura, o fato de que o *hamburger* clássico é de carne moída e não de presunto é irrelevante, na medida em que o reconhecimento do sanduíche não está envolvido, e sim o reconhecimento da estrutura, que permite a substituição de *ham* por *cheese*, *fish*, etc. Dada essa reanálise, *burger* passa a ser um radical base para formações posteriores do tipo *fishburger*, *cheeseburger*, e assim por diante. Nesses casos, a importância do mecanismo de analogia é maior, na medida em que as formações são feitas a partir do reconhecimento de

elementos que não fazem parte de regras; são formações esporádicas mesmo, mas formações cujo entendimento, aceitabilidade e eventual permanência são uma parte importante das estruturas lexicais; e formações que, como no caso em pauta, podem criar elementos morfológicos.

Um outro caso dentro dessa linha, embora mais complexo, é o de *Irangate*, a partir de *Watergate*. Como sabemos, *Watergate* é o nome de um condomínio comercial em Washington. Pelo fato de ter sido “o local do crime” de Nixon, o termo virou símbolo da tragédia da canalhice política, prestando-se a originar uma analogia dupla, em que temos uma analogia no sentido mais metafórico, ao lado de outra a ser interpretada classicamente como a quarta proporcional. Só assim podemos corretamente interpretar *Irangate*, como “o escândalo do Irã”.

Mais especificamente, a estrutura *Watergate* é analisada por qualquer falante do inglês como especificador/especificado, enquanto a parte de uso migra da referência ao condomínio para a referência ao “escândalo de Nixon”. Se temos uma estrutura composta *Watergate* e um significado “escândalo de Nixon”, obviamente *Irangate* corresponde a “escândalo do Irã”. O que é interessante nesses mecanismos é que a estrutura geral se liga ao significado referencial, e não ao significado morfêmico; assim, a quarta proporcional se baseia não no significado de cada parte, mas na estrutura de duas partes morfêmicas (X Y) e na estrutura semântica de duas partes (determinante/determinado). Ou seja, se *Watergate* é escândalo de Nixon, *Xgate* é escândalo de X. No caso, X = Irã, donde *Irangate*. Pode-se observar, aqui, o mesmo que observamos anteriormente em relação a *hamburger*; a falta de correspondência entre *ham* e o significado de bife de carne moída é irrelevante na reinterpretação de *hamburger* do mesmo modo que a falta de correspondência entre *Water* e *Nixon* é irrelevante no caso presente. Isto acontece porque os nomes estão sendo inicialmente usados em referência a objetos já conhecidos pelos falantes como referentes globais, independente do significado das partes.

Todos os exemplos vistos até agora envolvem estruturas de composição. É necessário investigar também casos de derivação, pois o fenômeno que vimos analisando poderia ter sua situação ótima ou única na composição, em que o reconhecimento poderia ser mais fácil por se tratar só de radicais.

O primeiro exemplo a ser considerado é o das chamadas derivações regressivas, como em *sarampão* → *sarampo*, citado em gramáticas normativas. Observe-se que nestes exemplos não há propriamente uma derivação, mas uma reestruturação, ou seja, a reinterpretação morfológica de um vocábulo primitivo como derivado, e, portanto, a invenção de um radical derivante: anali-

samos *sarampão* como *sarampo+ão*, daí extraindo o radical *sarampo*, anteriormente inexistente. Dado que o resultado é a formação de uma palavra por supressão de material fonológico, o caso é chamado de derivação (uma palavra sendo derivada de outra), mas regressiva. O produto, realmente, pode ser chamado de derivação regressiva.

O que dizer, no entanto, do processo? Este abarca a reanálise do termo inicial *sarampão*, atribuindo-lhe uma estrutura inicialmente não existente, o que envolve o PA. Teríamos algo como *febrão:febre::sarampão:X*, donde *X = sarampo*. Naturalmente, podemos pressupor a existência e papel da RFP de acréscimo de *-ão*, mas neste caso teríamos que considerar esse caso como normal e não como derivação regressiva, já que haveria apenas o acréscimo ou retirada de um sufixo, e isso pode acontecer em qualquer outra forma terminada em *-ão*.

Observe-se, de acréscimo, a formação relativamente recente *quindão*, a partir de um docinho tradicional, o *quindim*. Neste caso, temos o reconhecimento da formação *X-im* com o significado “X pequeno”, a partir da qual é feita a construção *quindão*, que todos imediatamente reconhecem como “X grande”. O interessante é que não temos nada como *?quindo*, *?quinde* ou *?quinda*; isto é, a reanálise produz um radical preso comum a ambas as formações, sem que tenha havido necessidade de criar uma forma livre no grau positivo. É possível que esta formação tenha sido cunhada a partir de *empadinha-empadão*, em que verificamos na culinária fenómeno idêntico, ou seja, a versão aumentativa de algo pequeno. E, do ponto de vista da quarta proporcional: *empadinha-empadão* (X pequeno-X grande); *quindim* (X pequeno); donde, X grande = *quindão*.

Outro caso melhor resolvido por PA é o de empréstimos morfológicos ocasionais do tipo *panelaço*, *businaço* e outros, de uso recente e cunho político. A partir de *panelaço* “evento político de protesto, caracterizado por barulho ensurdecador feito por painéis”, *businaço* tem interpretação óbvia, do mesmo modo que qualquer outro instrumento que possa ser colocado na mesma posição (como em *apitaço*). Idêntica explicação pode ter a denominação *carreata* a partir de *passeata*; e é possível que termos como *presidenciável*, *prefeitável* e outros sejam traduções analógicas da expressão “papabile”.⁽⁴⁾

O escritor Guimarães Rosa é conhecido por suas criações lexicais, havendo muitas obras sobre esta faceta de sua singularidade.⁽⁵⁾ Uma

⁽⁴⁾ Observe-se que termos como *presidenciável*, *prefeitável*, etc. começaram a ser usados em português na situação política em que as eleições não eram diretas e os procedimentos não eram propriamente públicos.

⁽⁵⁾ Do ponto de vista de RFPs, ver Gamarski 1988 e, sobretudo, Rocha 1992, de onde foram tirados nossos exemplos.

grande parte das criações de Guimarães Rosa consiste na troca de afixos. Nestes casos, os produtos podem ser abarcados tanto por PA quanto por RFPs. Há casos no entanto, sobretudo quando construções previamente existentes não autorizariam a postulação de uma RFP, ou quando uma palavra evoca outra, em que o PA constitui a descrição mais adequada. Dentre os exemplos mais claros estão criações como *amargume*, que evoca *azedume*; *verdolências* (“os olhos água-mel, com verdolências”) em que é clara a evocação do par *dolente/dolência*, ao lado da possibilidade alomórfica *-ento~ -lento*; a formação regressiva *homenzarros*; formas como *cascalharal*, *espumaral*, etc. a partir do modelo *milho/milharal*; dias *chuvoentos*, com a evocação da névoa ; e assim por diante.

De especial interesse são formações como *picaz*, *zombaz*, *voaz*, *sopraz*, etc., em que Guimarães Rosa parece “ressuscitar” um sufixo. Parece que, neste caso, acontece o mesmo que vimos nas construções compostas do início. O conhecimento de uma forma como *audaz*, por exemplo, com seu significado “ousado, que ousa” e o conhecimento da estrutura X-az “adjetivo” (como em *veraz*, *capaz*, etc.) são suficientes para embasar uma formação analógica do tipo *audaz* : “que ousa” :: “que zomba” : x, onde x=zombaz. Ou seja, o mecanismo de analogia capta a competência do falante no sentido de recuperar o significado e condições de operação semântica de regras, digamos, de morfologia morta e semântica viva. Claro, era necessária a arqueologia de um Guimarães Rosa para nos recuperar este achado; mas ele não teria sucesso se, ainda que de acesso virtualmente bloqueado, o padrão não fosse vivo. Este exemplo é importante porque, para além de possibilidades estéticas, ilustra empecilhos concretos na utilização das RFPs - neste caso, a permanência de condições semânticas, mas não das condições de disponibilidade de bases categorialmente previstas.

Passando para a linguagem do dia-a-dia, um exemplo interessante surgiu como criação espontânea, na semana passada, em referência a um vírus de computador. Na situação em questão, uma aluna estava com problemas em relação a um vírus e perguntou algo como “como é que faz para *desvirulizar* o sistema”? A produção *desvirulizar* não pode ser explicada por regras. Termos com a fonologia de *virus*, isto é, termos como *ônus*, *bônus*, *ônibus*, etc. são problemáticos como derivantes por causa da vogal átona travada por -s. No caso em pauta, a eliminação da sequência -us não é uma estratégia viável: *desvirar* ou *desvirizar* desfigurariam a intenção comunicativa. O falante foi então intuitivamente buscar a relação *virus-virulento* e a partir daí formou *desvirulizar*. Ou seja, teríamos a proporcional *virus+ento:virulento:: des+virus+izar:X*, onde X= *desvirulizar*.

Este caso recente nos leva a uma ulterior vantagem do tratamento de fenômenos lexicais por analogia, em vez de RFPs: a possibilidade de explicar casos de alomorfia sensíveis a itens lexicais tais como em *oprimir/opressão, traduzir/tradutor, rodar/rotação, propriedade/proprietário*, e centenas de outros. As alterações sempre levam à formulação de regras torturadas de teor de produção praticamente nulo; assim, a alternativa analógica parece ser bem mais conveniente; e o caso contemporâneo, recente, ilustrado no parágrafo acima é bastante eloquente em relação a esta possibilidade.

Um segundo exemplo na língua falada do dia-a-dia foi criado por mim mesma, há cerca de um mês, numa conversa telefônica, em que eu falava com uma colega sobre as atividades dela na Internet. Fazendo referência às possibilidades de comunicação pela Internet, comecei a formar o que seria o adjetivo *internetal*, mas que se transformou, no meio do processamento lexical, em *internetário*, atravessado que foi o processo pela formação analógica *planeta:planetário::internet:internetário*. A formação resultante foi escolhida, em detrimento da primeira, por força de seu poder de evocação.

Em resumo vimos até agora que (a) toda e qualquer construção descrita por RFPs pode ipso facto ser descrita por PA; e (b) nem todas as construções por PA são adequadamente descritas por RFPs, a menos que se altere significativamente nosso entendimento do que sejam RFPs. Em consequência, a postulação de RFPs ou do PA para dar conta da produtividade lexical apresentam consequências empíricas diferentes. O ponto a se discutir, assim, é o de qual seria a classe de construções lexicais possíveis que gostaríamos de determinar. Se nos ativermos a RFPs, teremos apenas configurado um léxico de formas bem-comportadas, apresentando funções restritas e previsíveis e determinação categorial estrita das bases e produtos de RFPs. Se pensarmos no PA, incluímos, além das formas previstas acima, também construções não lineares, em que modelos podem ser tomados para utilizações imprevisas e não enquadradas, dada a confluência de relações sintagmáticas e relações associativas; e legitimamos o poder de criar ou ressuscitar elementos morfológicos. Naturalmente, os lógicos e gramáticos preferirão a primeira possibilidade, enquanto os artistas, poetas e revolucionários - além dos lexicólogos - preferirão a segunda.

3. A Questão Teórica

Passamos a discutir agora um outro ângulo da questão, a saber, qual das duas abordagens seria mais adequada do ponto de vista

teórico. Dentro de uma perspectiva gerativa mais recente, em que regras foram virtualmente banidas no componente sintático, o mesmo seria desejável no léxico. Nesta perspectiva, é teoricamente preferível lidar com o fenômeno de relações e produções lexicais pelo princípio geral da analogia do que pelo estabelecimento de regras particulares. O PA seria considerado como um universal lexical, explicando a utilização de relações lexicais para a aquisição do léxico em qualquer língua.

Esta proposta, ao deslocar para o PA a estrutura fundamental do léxico, possibilita a unificação do que costuma parecer uma teia de semelhanças e convergências parciais projetando idêntica teia de miríades de divergências nos léxicos das várias línguas do mundo; e assim elimina o problema de processos que se assemelham mas não são iguais em todas as línguas; significados gerais que se expressam morfológicamente em inúmeras línguas mas não em todas; e nunca da mesma maneira.

Temos, pois, como conseqüências teóricas positivas da adoção do PA em lugar das RFPs como elementos cruciais da constituição do léxico: a possibilidade de estabelecer um princípio que, na descrição do léxico de línguas particulares, dá conta não apenas de todas as formações existentes descritíveis por regras, mas também de formações motivadas, que, no entanto, não são adequadamente descritas por regras; e um princípio proposto como universal, de tal modo que as divergências e semelhanças na formulação de regras lexicais em línguas particulares deixam de ser um problema

Tais conseqüências teóricas são avaliadas como positivas dentro de um quadro gerativo, em termos da proposição de Princípios e Parâmetros. Entretanto, como o mecanismo da analogia é um mecanismo lógico, e não especificamente linguístico, teríamos o princípio fundamental da expansão e conhecimento lexical como um mecanismo geral cognitivo, e, portanto, não especificamente linguístico, o que poderia parecer contrariar as proposições da Teoria Gerativa. Isto, entretanto, pode não ser necessariamente o caso; afinal, sempre houve na Teoria Gerativa uma rejeição geral do léxico, que, dependendo da época, oscila entre o ostracismo e o tratamento sintático.

O que permanece como distinção teórica entre as duas propostas é a formulação de um princípio geral em oposição à arrolagem de inúmeros casos específicos de aplicação, sendo que o conceito de regra fica bastante difícil de justificar no segundo caso, dentro de uma perspectiva formalista. A proposição do mecanismo

de analogia é, portanto, teoricamente superior. De fato, com a proposta do PA saímos da esfera de constatação de micro-pseudo-realidades particulares que se entrecobrem para o âmbito da formulação de um princípio geral de que essas particularidades decorrem. O preço - a meu ver altamente desejável - que pagamos por essa maior adequação teórica é que agora teremos que re-pensar todos os processos descritos por RFPs e mesmo, talvez, pensar pela primeira vez o que são RFPs.

Sim, porque, na medida em que colocamos um princípio geral dando conta das estruturações que podem garantir a interpretação de formas e a produção de formas, a formulação de RFPs específicas torna-se descritivamente supérflua, ressalvadas as necessidades práticas, no sentido de se estabelecerem limites ou conhecimentos quantitativos. Teríamos, então, um quadro em que qualquer léxico é constituído a partir do PA; este princípio opera de modos variados, sendo que poderíamos considerar mais prováveis alguns, seja por sua motivação gramatical, seja por sua frequência; para estes seria de interesse um registro estatístico, e provavelmente valeria a pena registrá-los diretamente, como no caso dos clichês tipográficos. Outros poderiam ser acionados eventualmente, sem que houvesse razão para o registro.

Poderíamos então dizer que, de certa maneira, as RFPs seriam fossilizações, gramaticalizações ou burocratizações do uso do mecanismo de analogia em léxicos particulares. Neste caso, a descrição das RFPs perde qualquer interesse teórico como definição do conjunto de construções lexicais possíveis e passa a ter apenas o interesse prático de estudos estatísticos para fins determinados, desde a construção de línguas pseudo-naturais até o ensino voltado para a aceitabilidade de padrões em atividades de escrita e tradução. O interesse se desloca, em termos teóricos gerais, para a identificação do léxico como elemento de interface conhecimento/comunicação/estrutura; e, dentro da teoria lexical, para a definição do alcance da analogia e para a atuação relativa de fatores não-lineares subjacentes à criatividade lexical.

Referências Bibliográficas

- ARONOFF, MARK. *Word Formation in Generative Grammar*. L.I. Monograph I. The MIT Press, Cambridge, MA, 1976.
- BASILIO, MARGARIDA. "Derivação Regressiva: Estudo Preliminar". In: *Linguagens, Série Linguística/Estudos*, n.1, p.19-30. DIE/PUC-RIO, Rio de Janeiro, 1981.

- GAMARSKI, LÉA. *A Derivação Regressiva: um estudo da produtividade lexical em português*. CEGRAF, Goiânia, 1988.
- JACKENDOFF, RAY. "Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon". *Language* 51:639-71, 1975.
- ROCHA, LUIS CARLOS DE ASSIS. *Teoria Sufixal do Léxico Português Aplicada às Formações Nominais de Guimarães Rosa*. Tese de Doutorado inédita. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.
- SAUSSURE, FERDINAND. *Cours de Linguistique Générale*. Paris, Payot, 1916.